

PRÁTICAS DE CONTROLE SOCIAL E INOVAÇÃO: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES ECOLOGISTAS INTEGRADOS À COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA

ANDERSSON, Fabiana da Silva¹; BECKER, Cláudio²; ALTEMBURG, Shirley Nascimento³; POLLNOW, Germano⁴; CALDAS, Nádia Velleda⁵

¹ *Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Familiar e membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) – Universidade Federal de Pelotas: fabiaandersson@gmail.com;*

² *Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Familiar e membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) – Universidade Federal de Pelotas: cldbecker@gmail.com;*

³ *Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Familiar e membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) – Universidade Federal de Pelotas: shi_nascimento@yahoo.com.br;*

⁴ *Graduando da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) – Universidade Federal de Pelotas: germanop13@gmail.com;*

⁵ *Prof.^a Dr.^a do Departamento de Ciências Sociais Agrárias e membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) – Universidade Federal de Pelotas: velleda.nadia@gmail.com.*

1. INTRODUÇÃO

Questões de cunho agrícola familiar vêm, nos últimos anos, ampliando os debates não só nas esferas públicas e acadêmicas, mas também no que concerne aos mercados por parte deste segmento social.

Segundo Wilkinson (1999-b), há três formas tradicionais de acesso aos mercados: o direto, conhecido por mercado local (formal e informal); intermediação via atravessadores; e, integração via agroindústrias. Todavia, no caso brasileiro, há ainda o mercado institucional, quer dizer, as compras de alimentos por parte do poder público, dos agricultores familiares¹, destinadas às populações que se encontram em situação de insegurança alimentar² (GRISA, 2009).

No que diz respeito ao bom funcionamento dos mercados, a prévia definição da qualidade dos produtos a serem trocados à luz de uma avaliação dos agricultores familiares, organizações coletivas e consumidores (WILKINSON, 1999), fortalecem relações baseadas em laços de confiança. Estas relações efetivam a participação de todos os atores sociais envolvidos em práticas de controle social³ (BRASIL, 2008).

Os procedimentos para o controle social, como forma de concretizar a produção de base ecológica das famílias rurais ecologistas, deve ter ações

¹ Agricultura familiar é aquela que tem a gestão feita pelos próprios proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o patrimônio pertence à família; o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e, finalmente, os membros da família vivem na unidade produtiva (GASSON; ERRINGTON (1993) apud SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 43).

² O ato de “se alimentar”, proporcionado pelo cultivo da agricultura familiar, desencadeia relações para além da simples aquisição de produtos para o consumo, pois o acesso à alimentação sacia, também, o saber cultural dos povos que o consomem (BRAGA, 2004).

³ Controle Social é um processo de geração de credibilidade, estabelecido pela participação direta dos sujeitos em ações coletivas (BRASIL, 2008).

coletivas de proximidade e territorialidade, solidariedade e complementaridade (WILKINSON, 2003).

Neste sentido, Gonçalves (2005) enfatiza a necessidade de equilíbrio nas relações entre os agricultores familiares ecologistas e o mercado institucional. Para a manutenção deste equilíbrio, a forma de organização cooperativada aparece como a principal alternativa à promoção do atendimento ao sistema social e econômico, além dos aspectos culturais.

Para Wojahn e Martinez (2008), a vida comunitária e a prática da solidariedade estão fortemente presentes entre os agricultores familiares. Este tema vai ao encontro das análises de Wilkinson (2003), onde a agricultura familiar se mostra como fator necessário ao bom funcionamento dos mercados locais, originando a valorização dos sistemas de inovação desenvolvidos através de práticas e princípios da Agroecologia⁴, originando a oferta de gêneros, denominados pela legislação federal brasileira, produtos orgânicos.

No Brasil, a Lei Federal n. 10.831/2003, que regulamenta a produção orgânica de alimentos, através de Instrução Normativa⁵ própria, abre uma exceção à regra na certificação orgânica para o segmento agrícola familiar. Neste sentido, a possibilidade de constituição de um Organismo de Controle Social (OCS), proporcionou à agricultura familiar ecologista sua efetiva participação nos mercados institucionais.

Uma das entidades que vem desenvolvendo o controle social é a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Assim, este estudo objetiva analisar as relações existentes entre os agricultores familiares ecologistas integrados a esta organização social, bem como averiguar os mecanismos estabelecidos para o exercício do controle social, em atendimento aos dispositivos do mercado institucional.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo é caracterizado por um estudo de caso junto à Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. e seus agricultores familiares ecologistas. Assim sendo, o universo empírico da presente pesquisa contemplou agricultores familiares ecologistas dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, totalizando trinta famílias entrevistadas no período de maio a agosto de 2010. Cumpre destacar que os entrevistados, em sua totalidade, estavam inseridos no processo de validação da OCS-Sul Ecológica.

Com o intuito de ampliar e aprofundar o conhecimento em relação ao objeto em estudo, empregou-se o método qualitativo, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, além da pesquisa à campo (MINAYO, 1994). Nesta última, foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado.

Os resultados compuseram um banco de dados com informações de caráter qualiquantitativo que, posteriormente, foram sistematizadas e serviram de base para a construção do referido trabalho. Na seqüência, serão apresentados os principais resultados obtidos.

⁴ A Agroecologia corresponde ao campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar processos de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura de base ecológica ou sustentáveis (CA PORAL & COSTABEBER, 2002).

⁵ Ver: N n.º 19/2009.

[A1] Comentário: O que significa ESTUDO DE CASO???

[A2] Comentário: 30 famílias foram selecionadas das 145 que a Cooperativa Sul Ecológica presta atendimento, ou seja, 20% das famílias foram analisadas, este número é razoável para a pesquisa???

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., com sede no município de Pelotas, RS, faz o atendimento a 145 famílias de agricultores familiares ecologistas, distribuídos em 24 núcleos de produção, em oito municípios da região sul do estado. A mesma tem suas práticas voltadas à organização social da produção e comercialização dos produtos cultivados por seus cooperados dentro dos princípios da Agroecologia.

Para atender as demandas de mercado em conformidade com as exigências legais, a Cooperativa desenvolve ações de controle social para venda direta. Neste sentido, o atendimento aos mercados institucionais tem por preferência a produção desenvolvida nos limites do município que o mercado está sendo executado.

Assim, após as análises das entrevistas, foi possível a constatação de que grande parte dos agricultores distanciam-se em até 30Km do centro urbano próximo e, metade deles, está na unidade produtiva a mais de 30 anos, sendo que, um terço deste período é dedicado à produção de base ecológica. Também, encontrou-se agricultores em idade entre 21 a 60 anos com até oito anos de ensino escolar, com uma renda mensal, oriunda da comercialização de produtos orgânicos com o mercado institucional, através da Sul Ecológica, superior à dois salários mínimos (mais de 50%). Estes dados evidenciam a apropriação dos saberes tradicionais em proximidade aos saberes técnicos e legais da produção orgânica.

4. CONCLUSÕES

A partir do exposto acima, é possível inferir que as famílias agricultoras ecologistas integradas à Cooperativa Sul Ecológica possuem um acentuado grau de protagonismo no processo de controle social. Ademais, o debate acerca do acesso aos mercados institucionais, por parte dos entrevistados, na perspectiva do controle social da produção orgânica é a principal via de consolidação das novas relações de produção e consumo.

5. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela implementação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ambos, CNPq e CAPES, são responsáveis pela concessão das bolsas de mestrado e doutorado, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, V. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Revista Saúde**. Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica**. Coordenação de Agroecologia – MAPA/ACS. Brasília, 1ª Ed, p. 56. 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16. 2002;

GONÇALVES, J. E. Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 43, 2005, Ribeirão Preto. **Anais do 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**, Ribeirão Preto: 2005. Apresentação em pôster, 2005;

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009;

MAEHLER, A. E.; MAEHLER, M. G.; CASSANEGO JUNIOR, P. A adoção de novas tecnologias pelo proprietário rural: uma análise dos fatores motivadores para a inovação. In: 47 Congresso da SOBER, 2009, Porto Alegre-RS. **Anais do 47 Congresso da SOBER**, 2009;

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 80. 1994;

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPeI, p. 374, 2003;

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar da América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87. 2003;

WILKINSON, J. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares – algumas considerações iniciais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 64-80. 1999;

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. **Revista de Administração da UFLA**. Lavras, v.1, n.1, Jan/Jun, p. 34-41. 1999(b);

WOJAHN, E; MARTINEZ, E. **A cultura da cooperação na agricultura familiar**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA. 44f. 2008.